



INSCRIÇÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES
COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

CPECC

N.º ÚNICO 455822

ENTRADA / SAÍDA N.º 63 DATA 01/02 2013

Exmo. Senhor
Deputado José Mendes Bota
Presidente da Comissão para a Ética, a
Cidadania e a Comunicação

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
98	09-01-2013	N.º: 138/2013 ENT.: 93/2013 PROC. N.º:	29-01-2013

ASSUNTO: Petição nº223/XII/2ª -Iniciativa de António Pedro Saraiva de Barros e Vasconcelos e outros sobre "futuro da RTP face à intenção do Governo de privatizar o serviço público de rádio e televisão"

Solene Depina L. Estímulo R. Mendes Bota,

Encarrega-me S. E. o ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares de informar V. Exa. do seguinte, face ao teor da Petição Pública mencionada em epígrafe:

O Governo decidiu em Conselho de Ministros manter a RTP nas mãos do Estado e adiar a sua privatização. Esta decisão implica uma reestruturação da empresa, que manterá os canais existentes, garantindo o serviço público de televisão exigido pela lei.

A RTP tem custos insustentáveis para o País e o seu financiamento, a partir de 2014, será garantido exclusivamente pelas verbas da Contribuição do Audiovisual (CAV) e pelas receitas comerciais. O tecto de custos operacionais foi fixado em 180 milhões de euros, permitindo assim que o serviço público seja sustentado integralmente pela CAV, sem recurso às indemnizações compensatórias que têm suportado os défices crónicos da empresa.

Verifico com surpresa que a petição de V. Exa. não inclui qualquer referência aos custos que a RTP tem para os contribuintes. Lembro aos signatários da petição que no ano passado os custos operacionais da RTP ascenderam a 221 milhões de euros. A indemnização compensatória sustentada pelos impostos dos portugueses representou 27% dessa verba, proporção claramente elevada no panorama europeu.

Na realidade, incluindo despesas com amortização de dívida, os portugueses fizeram no ano passado um esforço financeiro de 540 milhões de euros para viabilizar a empresa. Nos últimos cinco anos, a despesa pública com a RTP ascendeu a 1500 milhões de euros, tendo sido possível reduzir substancialmente o endividamento acumulado em anos anteriores.

No ano passado, face a 2011, houve já poupanças de 15% nos custos operacionais, mas estas reduções atingiram os seus limites. A RTP necessita de uma reestruturação que permita preservar o serviço público de rádio e televisão. A empresa só será viável com um orçamento equilibrado, que não dependa do Orçamento de Estado, e com a existência de um parceiro que permita desenvolver uma forte dimensão tecnológica.



A reestruturação tem por objectivo valorizar a empresa e prepará-la para o futuro. O financiamento da operação virá de uma emissão de dívida junto da banca comercial, portanto sem recurso direto ao Orçamento de Estado, e num valor que poderá atingir cerca de 42 milhões de euros.

O sector da comunicação está também a mudar depressa, devido ao desenvolvimento veloz de novos negócios e tecnologias. Estamos atentos a estas oportunidades. Perante um cenário externo de mutação, o serviço público de televisão e rádio terá um desafio: ou se afirma no novo panorama audiovisual ou perde influência.

A RTP tem usado recursos que hoje já não estão disponíveis. Os portugueses não podem continuar a pagar a empresa por duas vezes, primeiro na factura da electricidade e depois nos impostos.

Com a País a viver em plena emergência financeira, seria incompreensível que a RTP ficasse à margem dos sacrifícios exigidos a todos.

Citando o senhor ministro-adjunto Miguel Relvas, "Portugal não pode estar ao serviço da RTP. A RTP é que deve estar ao serviço do País".

Com os melhores cumprimentos,

o senhor Relvas

O Chefe do Gabinete

Vítor Sereno

C/C: GSEAPI